

## ÍNDICE

ABREVIATURAS	11
1. Introdução	13
A) Excurso Problemático	14
B) Roteiro Hermenêutico	20
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL DO CIBERESPAÇO</b>	
<b>E DA TECNOLOGIA</b>	25
<b>SECÇÃO I</b>	
<i>A DESNACIONALIZAÇÃO DA REGULAÇÃO TECNOLÓGICA</i>	
<i>E DIGITAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA UE</i>	27
2. <i>Sobre a Constitucionalização Invisível da UE e os Novos Constitucionalismos:</i>	
Breves Notas	28
3. <i>Sobre os Limites do Constitucionalismo Privado Digital</i>	34
<b>SECÇÃO II</b>	
<b>IMPACTOS DOS FACTOS DO CIBERESPAÇO E DAS NOVAS</b>	
<b>TECNOLOGIAS NA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL</b>	43
4. <i>Revisitação dos Argumentos para uma Interpretação Constitucional</i>	
<i>Tecnologicamente Neutra</i>	44
5. <i>Ciberespaço e Tecnologia na Constituição de Crise ou Emergência</i>	52
6. <i>A Resiliência dos Princípios Constitucionais perante a Revolução</i>	
<i>Tecnológica: Casos Paradigmáticos</i>	58

**CAPÍTULO II**  
**PLURINORMATIVISMO TECNOLÓGICO E DIGITAL**  
**E ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIA GLOBAL** 69

SECÇÃO III

A ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIA GLOBAL DIGITAL  
 E TECNOLÓGICA 73

7. Os Atores da Regulação Tecnológica e Digital 75

    A) A ICANN como *Autoridade Constitucional do Ciberespaço* 78

    B) Regulação Privada dos Direitos, Liberdades e Garantias de Expressão  
     e de Informação 82

8. Dispersão e Fragmentação Regulatórias 84

    A) Privacidade e Proteção de Dados 85

    B) Cibersegurança 89

    C) Cibersegurança *versus* Ciberdefesa: a Segurança do Ciberespaço 91

    D) Net Neutrality 93

9. Regulação Tecnológica e Digital e *Administração Independente*: Os Desvios  
 do Legislador Português 95

    A) Proteção de Dados e *Administração Quase-Independente* 96

    B) Deformidades Processuais da Execução do RGPD 102

    C) Cibersegurança e *Administração Não Independente* 104

**CAPÍTULO III**  
**DESAFIOS CONSTITUCIONAIS DA REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA**  
**ARTIFICIAL (IA)** 107

SECÇÃO IV

ÉTICA E RISCO NA REGULAÇÃO DA IA 111

10. Ética e Direito na Regulação da IA 111

11. Regulação do Risco na IA: “*Lawful by Default*”? 122

12. Direitos Fundamentais *By Default* ou *By Design*: Transparência e Justiça  
 Algorítmicas 126

13. A Proposta de Regulamento UE Inteligência Artificial: Apreciação  
 Crítica 136

    A) IA e Proteção de Dados: Dissonâncias Regulatórias 140

    B) O Problema Constitucional das *Normas Standards* 142

    C) Governação e Supervisão da IA na UE 146

<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>NORMATIVIDADE TECNOLÓGICA E DIGITAL E EROÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL</b>	151
SECÇÃO V	
LEGALIDADE CONSTITUCIONAL E REGULAÇÃO DIGITAL	155
14. Reserva de Lei e Direito Regulatório Informal	156
15. Normas tecnológicas <i>versus</i> Sistema Jurídico	168
16. <i>Estado de Direito Tecnológico e Digital informal: Necessidade e Tentação Tecnológicas</i>	174
<b>CAPÍTULO V</b>	
<b>A “NOVA CONSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA E DIGITAL” DA UE</b>	187
SECÇÃO VI	
PROJEÇÕES JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS DA DESIGNADA “NOVA CONSTITUIÇÃO DIGITAL” DA UE	191
17. A designada “ <i>Nova Constituição Digital da UE</i> ”	191
A) <i>Serviços Digitais e Mercados Digitais</i>	191
B) Liberdade de Meios de Comunicação Social	208
18. Autorregulação imposta e <i>Meta-Regulação</i>	212
SECÇÃO VII	
ENTIDADES PRIVADAS COM PODERES PÚBLICOS NO CIBERESPAÇO	219
19. Entes Privados dotados de Autotutela Declarativa e Executiva	219
20. Da admissibilidade constitucional da delegação de poderes públicos regulatórios dos direitos e liberdades de expressão e de informação a entidades privadas	224
<b>CAPÍTULO VI</b>	
<b>PERPEXIDADES JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS DA “NOVA CONSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA E DIGITAL” DA UE</b>	231
SECÇÃO VIII	
ENSAIO CRÍTICO	235
21. Dos “ <i>bons samaritanos</i> ” às remoções indevidas de conteúdo	235
22. Entidades Privadas, Poderes Públicos Unilaterais <i>Restritivos ou Censórios?</i>	247

23. Controlo Constitucional do Pluralismo dos <i>Media</i> : A Constituição Portuguesa da Comunicação	262
A) Pluralismo <i>versus</i> Concorrência	263
B) Pluralismo <i>versus</i> “ <i>Funcionamento do Mercado Interno</i> ”	271

## CAPÍTULO VII

<b>O FUTURO DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL NA UNIÃO EUROPEIA NA ERA DIGITAL E TECNOLÓGICA</b>	<b>277</b>
--	------------

### SECÇÃO IX

TRANSFORMAÇÃO DOS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS E O FUTURO DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL NA UE	281
24. <i>A Atlântida Judicial Europeia</i> : Breves Notas	281
25. <i>Pluralismos Constitucionais</i> e Ambições Europeias: Breve Excurso	284
26. A Desvitalização dos Tribunais Constitucionais da UE	293
27. Os Limites Constitucionais do Primado do Direito da UE na Jurisprudência Constitucional Portuguesa	302
28. Controlo Abstrato da Constitucionalidade e Confronto de Ordenamentos: <i>A Dimensão Conflitual</i> do Direito Constitucional Europeu	311

### SECÇÃO X

O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS E A (PRETENZA?) GENEROSIDADE CONSTITUINTE SOBRE OS LIMITES DO PRIMADO NA ORDEM CONSTITUCIONAL PORTUGUESA	319
29. Os Efeitos Típicos da Declaração de Inconstitucionalidade com Força Obrigatória Geral como Limite do Primado do Direito da UE	321
A) O Regime Constitucional dos Efeitos Típicos das Decisões de Provimento do TC em Fiscalização Sucessiva Abstrata	322
B) Os Efeitos das Decisões do TC Configuram um Limite Intangível do Primado do Direito da UE	326
30. A Eventual Tangibilidade do Caso Julgado pela Declaração de Inconstitucionalidade de Normas Sancionatórias Menos Favoráveis	332
31. O Primado e as Novas Justificações Para as Restrições de Direitos Fundamentais	338
32. Síntese Reflexiva	349

<b>CONCLUSÕES</b>	<b>355</b>
-------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	373
--------------	-----